CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em maio

Senado vai votar o fim da escala 6x1 nesta quarta-feira (14)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), marcou para quarta-feira (14) a votação, em primeiro turno, da PEC que prevê o fim da escala 6x1. A proposta reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem corte salarial, e garante dois dias de descanso. Aprovado pela Câmara em maio, o texto prevê transição de 14 meses e precisa passar por dois turnos nas duas Casas. No Senado, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto e aprovada no início de setembro. Alcolumbre havia afirmado que levaria o tema ao plenário somente após as eleições. Ao anunciar a data, disse que cumpre o compromisso de pautar a matéria com responsabilidade, diálogo e respeito ao rito regimental. Se houver mudanças no Senado, o texto voltará à Câmara. A proposta também prevê regras específicas para trabalhadores com diploma superior e salários mais altos.

TSE manda suspender site ligado a Flávio

O Tribunal Superior Eleitoral determinou a suspensão de um site que oferecia criptomoedas em troca de publicações favoráveis ao candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL). A decisão é da ministra Estela Aranha, que considerou a prática uma vantagem econômica durante as eleições. O caso foi denunciado pela coligação de Lula (PT). Flávio afirmou desconhecer os responsáveis pela página e negou contratar perfis para divulgar conteúdos de campanha. A distribuição dos ativos virtuais foi revelada pelo jornal Folha de S.Paulo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Lula apresentou denúncia à Procuradoria-Geral Eleitoral

Justiça derruba liminar que liberou a Stake Brasil

A Justiça Federal derrubou a liminar que autorizava a plataforma de apostas Stake Brasil a operar até 25 de outubro, apesar da medida provisória que proibiu as bets online. A decisão do presidente do TRF3, Johonsom Di Salvo, atendeu a recurso da AGU. Para o magistrado, liberar apenas uma empresa comprometeria a política pública de restrição às apostas eletrônicas. A constitucionalidade da medida provisória é questionada no Supremo Tribunal Federal por entidades do setor, sob relatoria do ministro Luiz Fux.

TSE dá prazo a Flávio em ação contra Lula

O corregedor-geral eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, deu prazo até esta terça-feira (13) para Flávio Bolsonaro apresentar esclarecimentos em ação contra Lula, Geraldo Alckmin e André Janones por supostos abusos eleitorais. O ministro também pediu provas digitais originais em cinco dias e determinou a notificação dos investigados para apresentarem defesa. O recebimento da ação não confirma as acusações.

Ameaças no TSE I

O Tribunal Superior Eleitoral acionou a Polícia Federal após identificar cerca de 30 mil manifestações nas redes sociais contra servidores da Justiça Eleitoral até a tarde de quinta-feira (8). As publicações incluem ameaças, exposição de dados pessoais e ataques a familiares. O tribunal é responsável pela organização das eleições brasileiras.

Ameaças no TSE II

Diante das ameaças, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, determinou que servidores e familiares recebam proteção e apoio psicológico. O tribunal também acionou o Ministério Público e notificou as plataformas digitais sobre a circulação de conteúdos irregulares nas redes sociais, para conter a disseminação das publicações.

Ameaças a Dino I

O presidente do STF, Edson Fachin, pediu à Polícia Federal que investigue ameaças de morte contra o ministro Flávio Dino, divulgadas nas redes sociais. As mensagens também foram direcionadas a outros integrantes da Corte. O STF informou que acompanha a situação e mantém contato com os órgãos responsáveis pela segurança dos magistrados.

Ameaças a Dino II

Após divulgar as mensagens, Flávio Dino afirmou que não mudará sua atuação profissional diante das ameaças. Segundo o ministro, o medo de perseguições pessoais não pode interferir nas decisões judiciais. Dino ressaltou que a independência dos magistrados é essencial para garantir o funcionamento do Poder Judiciário e o respeito à Constituição.

Segurança nos magistrados

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil firmaram acordo para reforçar a segurança de magistrados em deslocamentos e compromissos oficiais. A parceria prevê apoio a ministros do STJ nos estados e a dirigentes de tribunais no Distrito Federal. O acordo terá duração de cinco anos.

Remuneração direta

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região recebeu o conselheiro do CNJ Paulo Regis Machado Botelho para discutir políticas de sustentabilidade e inclusão social. Entre os temas, está a remuneração direta de catadores de recicláveis pelos serviços prestados aos tribunais, conforme recomendação do Conselho Nacional de Justiça em vigor desde maio de 2026.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

Presidência da Corte identificou 108 procedimentos relacionados às Fake News

Fachin diz que pretende arquivar inquérito das Fake News

Presidente do STF respondeu pedido de Fux para ter acesso a documentos

Da **Redação**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pretende arquivar definitivamente o chamado inquérito das Fake News, procedimento de investigação que foi aberto em 2018 pela Corte.

A intenção de Fachin foi explicitada em um ofício encaminhado na sexta-feira (9) ao ministro Luiz Fux.

Ontem, Fux determinou que a secretaria do tribunal envie ao seu gabinete os processos sigilosos que estão em tramitação contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Conforme a decisão, a secretária judiciária deverá encaminhar todos os volumes, anexos, apensos e mídias que envolvem os inquéritos das Fake News e milícias digitais, além da investigação sobre a trama golpista.

Em ofício enviado a Fux, o presidente do STF informou que todos os procedimentos que foram abertos contra Bolsonaro, exceto o inquérito das Fake News, estão sem sigilo e podem ser consultados pelo gabinete do ministro.

Segundo Fachin, a presidência da Corte identificou 108 procedimentos investigatórios vinculados ao inquérito das Fake News.

Após verificar pendências e eventuais solicitações de diligências à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF), Fachin espera determinar o arquivamento do inquérito.

Dessa forma, segundo o presidente, o acesso de Fux ao inquérito só será determinado após o fim da análise dos procedimentos.

"Pretende-se concluir responsavelmente essa trajetória, com o exame dos procedimentos ainda pendentes e, uma vez cumpridas as etapas processuais necessárias, promover o arquivamento definitivo do inquérito", disse Fachin.

No mês passado, Fachin retirou de Alexandre de Moraes a relatoria do inquérito, que foi aberto em março de 2019. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a abertura como forma de combater a veiculação de notícias que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Moraes como relator do caso.

A possível decisão de arquivamento ocorre em meio à análise de 108 procedimentos vinculados à investigação e ao pedido de acesso aos autos feito pelo ministro Luiz Fux.